

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

Francisca L. Nogueira de Azevedo

Carlota Joaquina de Bourbon (1775-1830), irmã de Fernando VII e mulher de D. João VI (...) é imagem da rainha com alguns atributos inerentes ao estado imperial – traje, manto e coroa –, o que elucida sobre o papel político que quis ter e que ainda hoje não se conhece na totalidade, pois as análises disponíveis sobre esta personagem da história portuguesa apenas transmitem uma lenda negra ou anedótica ou então uma imagem recuperada pela historiografia e ideologia integralista. (Luis Torgal)¹

Apesar dos avanços dos estudos históricos sobre as mulheres, a historiografia contemporânea ainda encontra dificuldades em desenhar o perfil histórico da mulher de dom João VI. Entre nós, o filme *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* reforçou o imaginário coletivo sobre essa lenda negra ou anedótica que marca a imagem de dona Carlota Joaquina. Seu nome é sempre lembrado como o da mulher perversa que atazanava o pacato e bondoso príncipe regente. “A simples menção deste nome traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas. Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de D. João

(...)”, escreve Oliveira Lima (1908, v.1: 126). Sua sexualidade é motivo de chacota e de insinuações mordazes: “Na Corte de Lisboa, a mulher de D. João lembrava uma gata eternamente no cio (...) ao procurar seus amantes (...) tudo lhe servia, tudo desde que tivesse a forma aproximada de um homem”, alfineta o cronista carioca Luiz Edmundo (1939: 237) ao escrever sobre a corte no Rio de Janeiro.

As biografias de Carlota Joaquina trazem desde o título o rancor e o desprezo que a História sente pela personagem. Duas dessas biografias publicadas no Brasil se intitulam *Carlota Joaquina, a rainha intrigante*, de Marcus Cheke (1949), e *Carlota Joaquina, a rainha devassa*, de João Felício dos Santos (1968). Sem querer entrar em discussões sobre questões de gênero, está claro que é importante ao menos problematizar a produção histórica sobre a “princesa do Brasil”. Um parecer comum – entre muitas contradições – dos biógrafos, historiadores e cronistas diz respeito à vocação da princesa para a política. Para o historiador Pandiá Calógeras, Carlota Joaquina, embora feia, despótica, libidinosa e grosseira, era inteligente e figura popular por dirigir a paixão das multidões. Sérgio Buarque reconhece que a atividade política que ela desenvolve em relação às colônias americanas “é digna de admiração dos Borbóns”. As observações de Pedro Calmon (1935: 28) seguem na mesma direção: “Carlota Joaquina foi a mais feia, tão inteligente e ambiciosa, mais apaixonada e política (...)”.

O manuseio da documentação sobre o processo de independência do antigo Vice-Reino do Rio da Prata não deixa dúvidas sobre a participação efetiva e apaixonada de Carlota Joaquina na defesa dos interesses coloniais de seus pais, Carlos IV e Maria Luisa de Borbón, reis de Espanha.

No dia 17 de janeiro de 1808, a Real Casa de Bragança chega ao Rio de Janeiro fugindo das tropas napoleônicas que invadem Portugal. Mal se instala em seu exílio tropical, Carlota Joaquina recebe a notícia de que Napoleão Bonaparte usurpara a coroa dos Borbóns espanhóis, e que seus pais e irmãos encontravam-se prisioneiros na cidade francesa de Bayonne. A intervenção de Napoleão na monarquia espanhola não era novidade para a infanta Carlota, que anos antes avisara os pais dos perigos de ceder aos caprichos do imperador dos franceses. Numa antecipação quase profética, escrevera ela ao pai em julho de 1798: “(...) *quien asegura a V. M. Señor que el dicho Gobierno [Napoleão] pues estando aparenteo felicidades con una mano; con la otra esta armando en y años, ese que sesta forcoso caer?*”²

As desavenças no seio da família real espanhola facilitaram a escalada das tropas francesas na ocupação da Península Ibérica. Fernando VII, filho do rei, ao liderar um levante contra o pai, abre os portões do palácio real a Napoleão, que obriga o velho monarca a abdicar em favor de seu irmão José Bonaparte. Sem rei, os vice-reinados da América são incendiados por “novas idéias”, que há alguns anos vêm confinando *criollos* nos calabouços coloniais. A crise política espanhola

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

anuncia a enfermidade do poderoso império espanhol, ao mesmo tempo em que revela a agonia do Antigo Regime na Espanha. Carlota Joaquina, como filha primogênita de Carlos IV e única herdeira da dinastia em liberdade, assume, do exílio americano, a defesa da Casa de Borbón.

Em meio a profunda crise política e diplomática, Carlota Joaquina, com o apoio de parte da nobreza espanhola e portuguesa – que se encontrava em Portugal desgostosa com a vinda da corte para o Brasil e com a política econômica do príncipe regente –, e animada pelo suporte do almirante da esquadra britânica sediada no Rio de Janeiro, Sidney Smith, decide, em agosto de 1808, enviar um manifesto à Espanha e às diversas províncias americanas. Nele censura severamente Napoleão; em disfarçada crítica ao irmão, reconhece o pai como legítimo soberano, e coloca-se como defensora dos direitos de sua família.

*Hago saber a los leales vassallos de mi Augusto Padre Señor Rey Catholico Don Carlos quarto, Rey de las Españas è Indias (...) Como el Emperador de los Franceses despues de haber exaurido a España de hombres (...) Intentó primeramente por medio de la mas falsa Politica apoderarse de Nuestra Persona y de la de Nuestros mui caros Esposo è Hijos baxo el especioso y seductivo principio de proteccion contra la nacion Britanica, de quien hemos recibido las mayores pruebas de amistad (...) Suscitada poco despues una sublevacion ó tumulto popular en la Corte de Madrid contra mi Augusto Padre, y Señor el Rey Carlos quarto para obligarle à abdicar ó renunciar el Trono à favor de mi Hermano el principe de Asturias, quiso luego intervenir en estas agitaciones Domesticas (...) Mi Manifesto por el qual Declaro por nula la abdicacion ó renuncia que mi Señor Padre el rey Don Carlos quarto, y demas Individuos de Mi Real Familia de España tienen hecha a favor del Emperador, ó Jefe de los Franceses (...) me considero mas que una Depositaria y Defensora de estos Derechos que quiero conservar ilezos e immunes de la perversidad de los franceses para restituirlos al legal Representante de la misma Augusta Familia que exista ó pueda existir independiente, en la Epoca de la Paz general (...) igualmente que como Depositaria no es ni será ja mas Mi Real Intencion alterar las Leyes fundamentales de España ni violar Privilegios, Honrar y exenciones del Clero, Nobleza, y Pueblos de la misma Monarquia.*³

Ao declarar-se depositária dos direitos da coroa espanhola, a princesa do Brasil encontra dentro do próprio palácio seus mais ferrenhos adversários. A vinda da família real portuguesa para a América, na realidade, punha em execução o projeto de construção de um amplo império, arquitetado por dom Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, então primeira pessoa do gabinete de dom João. Este, com o apoio de Lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, e de Lord Canning, ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, decidira, na

convenção secreta de Londres, tornar o Brasil “um empório para suas mercadorias [inglesas], destinadas ao consumo de toda a América do Sul”.⁴

Lord Strangford acompanha dom João na viagem ao Brasil e, como não confia em Carlota Joaquina, acreditando que ela atrapalharia os planos luso-britânicos de expansão da fronteira sul, passa a boicotar qualquer atitude que a favoreça politicamente. O segundo, e não menor adversário da princesa, é o todo poderoso conde de Linhares, um dos maiores desgostos de dona Carlota. Dom Rodrigo fazia parte do grupo que desde os tempos de Portugal tentava a todo custo afastar o regente da influência da mulher. Constantemente lembrava a dom João a mal explicada “Conspiração de Alfeite”, em que a princesa, aproveitando o longo período de afastamento do regente – em virtude de prolongada depressão – teria tentado assumir o governo, apoiada pela França e por parte da nobreza lusitana que considerava que ela soubera fazer-se estimada não só da aristocracia como da plebe (Oliveira Lima, 1908: 264). O conde de Linhares lutaria incessantemente, até a morte, para frustrar qualquer influência ou projeção de Carlota Joaquina, especialmente em relação às províncias platinas.

O terceiro grande opositor é o embaixador espanhol na corte do Rio de Janeiro, o marquês de Casa Irujo, que sai da Espanha com a ordem expressa do presidente da junta central – que governava o país em nome de Fernando VII – de impedir qualquer contato de Carlota Joaquina com as colônias americanas. A atitude do governo espanhol é explicável por dois motivos: em primeiro lugar, o fantasma da união ibérica era visto pelos espanhóis como uma possibilidade de revanche dos lusitanos pela situação subalterna a que tinham sido submetidos por ocasião da união das coroas no século XVIII. Em segundo lugar, o movimento liberal que ganhava força depois da invasão napoleônica – embora defendesse de forma discreta a volta de Fernando VII – não se entusiasmava pelo carlotismo. Ao contrário, procurava sistematicamente barrar não só a legalidade da indicação de Carlota Joaquina à regência, através do não reconhecimento da revogação da lei Sálica, como seu direito de primazia na ordem sucessória.

Outro aspecto que não se pode desconsiderar é o fato de Carlota Joaquina ser mulher, e uma mulher espanhola, na corte de Bragança. Vale lembrar que o reinado de dona Maria I trouxera de volta ao poder parte dos setores mais conservadores e reacionários da nobreza e do clero portugueses, os quais tinham como característica o exclusivismo social, como forma de manter e conservar os cargos superiores da monarquia. Sendo assim, procuravam afastar qualquer elemento estranho que pusesse em perigo a estabilidade do grupo. Por outro lado, enquanto em outras partes do mundo ocidental o século XVIII representou um marco no rompimento com os muros da clausura social para as mulheres, em Portugal a Igreja impunha normas proibindo todo tipo de divertimento: não era permitida a representação de comédias, bailes e festas. Na cidade de Lisboa, em

meados do século XVIII, foram levantadas nas igrejas grades de madeira como forma de impedir o contato entre homens e mulheres (Lopes, 1989: 25). Carlota Joaquina, por temperamento, não era mulher que se enquadrasse nos parâmetros conservadores da corte lusitana. Embora não muito distante de Lisboa, a sociabilidade da nobreza madrilenha, por imitação ou parentesco, estava muito mais voltada para o modelo francês. A pequena Carlota deixara as festas e as pompas do palácio e jardins de Aranjuez para viver nos espaços quase claustrais da corte dos Braganças. O temperamento fechado e depressivo do marido ressaltava ainda mais o seu, altivo, alegre e intempestivo.

Na Espanha, apesar das dificuldades do cenário político, a infanta Carlota pouco a pouco conquista seus conterrâneos e passa a ter a seu lado muitos aliados importantes. Seu “partido” conta com nomes da alta nobreza espanhola como o conde de Floridablanca, primeiro presidente da suprema junta central, o marquês de la Romana, comandante do exército da resistência, os ministros Francisco Saavedra, Benito Ramón Hermida, D. Martín de Garay e D. Félix Ovalle, e o atual presidente da junta central, D. Pedro Rivero, entre outros. Por volta de 1812, na época da votação nas Cortes de seus direitos à sucessão, ela chega a ter mais da metade dos deputados a seu favor.⁵

Ao saber da existência na Espanha de um movimento em favor da regência de dona Carlota, dom Rodrigo recomenda a dom Pedro de Sousa e Holstein, futuro duque de Palmella, embaixador português na Espanha, que trabalhe no reconhecimento dos direitos de dona Carlota à coroa espanhola. Certamente, dom Rodrigo não tinha planos de colocar o poder nas mãos da princesa. O que o ministro vislumbrava era a possibilidade de conseguir a união ibérica numa situação privilegiada para Portugal, e desse modo alargar o poderoso império bragantino.

Em relatório datado de dezembro de 1809, dom Pedro de Souza Holstein apresenta ao ministro no Brasil os resultados das investigações encomendadas por ele sobre a possibilidade do reconhecimento dos direitos de sucessão de dona Carlota:

*En el oficio N. 40 avise a V.E. de que havia dado algunos pasos para obtener de ese Gobierno el reconocimiento de los derechos de S.A.R. la Princesa N. Sra. y de sus augustos hijos a la sucesion del trono de España. Tengo haora la suma satisfaccion de poder anunciar a V.E. que mis diligencias fueron bien recibidas y que a no sobrevenir algun obstaculo inesperado dentro de quince dias, o tres semanas a mas tardar quedaran reconocidos publicamente por la Suprema Junta y manifestados a toda la nación Española estos inalienables derechos.*⁶

Para o duque de Palmella, não há dúvida de que os direitos de dona Carlota ao trono dos Borbóns seriam em breve reconhecidos. Em sua avaliação sobre o cenário político ibérico, considera que a guerra seria duradoura e poderia tomar rumos perigosos, ou seja, que a Espanha poderia cair definitivamente nas mãos de Napoleão. Enfatiza a necessidade de medidas urgentes para, pelo menos, garantir os domínios americanos. Para isso se deveria colocar *“la corona de las Americas sobre la cabeza de la Princesa N. Sra. a quien de derecho pertenece en falta de sus hermanos”*.⁷

A repercussão das notícias sobre os direitos políticos de dona Carlota Joaquina reforçam o movimento “carlotista” no Rio da Prata, que passa a ser cenário de acirradas disputas diplomáticas. Na realidade, a região sempre desperitou a ambição tanto inglesa quanto lusa, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se intensifica o comércio da província com o Brasil. Nessa época, o vice-reino experimenta um crescimento que não pode ser comparado ao de nenhum outro lugar do domínio espanhol. Aumentam consideravelmente a população, o comércio, a produção e as atividades culturais. As reformas dos Borbóns, em especial a abertura dos portos, tornam o porto de Buenos Aires o principal escoadouro do ouro e da prata produzidos na zona mineradora de Potosi. Quando os exércitos de Napoleão ocupam a Península Ibérica, o equilíbrio de forças sociais em Buenos Aires está totalmente alterado. A administração metropolitana perde espaço no âmbito regional. As invasões inglesas de 1806 e a contraditória administração do vice-rei Santiago de Liniers colocam em xeque a relação entre as colônias e a metrópole.

A crise política é aguçada pela constante ameaça anglo-lusa. As autoridades espanholas não se entendem. As dissidências entre o cabildo de Buenos Aires e o vice-rei, e deste com o governador de Montevideu, Javier Élio, levam as províncias à completa anarquia. Em ofício a dom Rodrigo, Joaquim Javier Curado, informante português na região, mostra-se impressionado com a fraqueza da autoridade colonial:

*Aquelles que na apparencia se achão revestidos do poder publico são fantasmas da grandeza, muitas vezes insultados, e sempre sujeitos ao Povo, cuja a anarquia é tão excessiva, e absoluta, que se atreve a objectar todas as dispozições e ordens dos que governão (...) O Cabildo tem sobre os povos algum poder, porem he tão limitado, que apenas se estende sobre aquelles asuntos, que podem lozongear os seos interesses particulares; (...) O Povo he total, e declaradamente inclinado a Republica livre.*⁸

O povo são os novos comerciantes e profissionais liberais, segmentos que crescem em Buenos Aires, impulsionados pela dinâmica urbana por que vem passando a cidade nos últimos anos. Em meados de 1808, quando chegam a

Buenos Aires notícias provenientes da Espanha informando que tropas francesas controlavam os principais focos de resistência espanhola, o movimento clandestino *criollo* já está em plena atividade. Agravando o quadro político do vice-reino, as atitudes do gabinete do Rio de Janeiro confirmam as previsões de invasão da região, esperada pelos colonos desde a chegada da família de Bragança ao Brasil.

Apesar de sabedora da violenta oposição que encontra à sua volta, Carlota Joaquina, com o apoio de Sidney Smith, coloca em execução o plano de tornar-se regente da Espanha tendo o vice-reino do Rio da Prata como sede da monarquia. A corte do Rio de Janeiro não aceita essa ascensão repentina da princesa e exige a participação do infante dom Pedro Carlos – primo de dona Carlota e sobrinho de dom João, criado na corte de Bragança – na disputa pela regência. Carlota Joaquina, pressionada pelo gabinete do marido, inicialmente finge aceitar essa imposição e assina um manifesto conjunto com dom Pedro Carlos anunciando estar disposta a enviar o primo, também infante espanhol, para governar interinamente os domínios americanos. Essa foi a solução encontrada pelo conde de Linhares, como alternativa para ver dona Carlota fora do poder.

As disputas platinas vão acirrar as divergências entre os “partidos” do príncipe e da princesa. De um lado estão Sir Sidney Smith e dona Carlota Joaquina e alguns seguidores; do outro, apoiando dom Pedro Carlos, o príncipe regente, dom Rodrigo de Souza Coutinho e o resto do gabinete. A única exceção é Lord Strangford que, na realidade, não vê com simpatia nenhum dos dois “partidos”, uma vez que tem nítida preferência pela independência. O ministro britânico está certo de que negociará melhor os benefícios comerciais ingleses no Rio da Prata com um regime republicano apoiado pela Inglaterra. Por outro lado, criando empecilhos para a regência de dona Carlota, bloqueia o caminho político de Sidney Smith, seu maior adversário tanto na corte do Brasil quanto na britânica.

No vice-reino as dissidências são ainda maiores. Além dos realistas, que também não representam um grupo homogêneo, há os partidários do *canonigo* inca Manco Capac, descendente da nobreza gentílica do Peru, cuja popularidade se sustenta entre as camadas mais baixas da população. Os seguidores do inca já ultrapassam as fronteiras do Alto Peru, e contam com o apoio de parte dos republicanos – estes, concentrados nos centros urbanos mais importantes. Ampliando esse cenário de divergências, encontram-se os “carlotistas”, que defendem a regência da infanta Carlota Joaquina. Há ainda – embora reconhecidamente minoritários – os defensores de uma aliança com Portugal que, assim, preferem o infante dom Pedro Carlos.

No início de outubro de 1809, Sidney Smith escreve ao cabildo de Buenos Aires, expondo o plano para a regência de dona Carlota Joaquina, declarando

abertamente seu apoio ao projeto e mostrando-se disposto a partir para o Rio da Prata a fim de preparar as bases do apoio político ao “partido carlotista”:

(...) para concertar con V.E. las medidas para el bien comun. Esto hago en linea de mi dever de militar, y al mismo tiempo con acuerdo de muchas Personas Principales Españolas, y conseqüentemente à la Correspondencia con la Primera Persona de Vuestra nacion con quien V.E. esta tan felizmente aliada que esta en libertad y libre de la violencia de Bonaparte, quiero decir la Princesa Carlota de Bourbon, que esta reconocida por las Cortes de 1789.⁹

É difícil acreditar que o almirante inglês esteja atuando por conta própria ou, como sugerem alguns historiadores, por ligações amorosas com a princesa. Sidney Smith é um conceituado militar com grande prestígio na corte inglesa. Fora designado comandante das forças navais britânicas em Portugal e encarregado de manter a segurança da família real, missão de extrema importância dado o cenário político e diplomático da época. A discordância com o embaixador Strangford no encaminhamento da política externa britânica para o Rio da Prata pode ser entendida mais como um sinal da existência de dissidências no interior do próprio ministério de St. James, ou como o resultado da luta política entre os dois representantes do governo inglês, do que como uma prova das preferências pessoais do almirante. As disputas entre os burocratas do Antigo Regime são uma das facetas dessa sociedade, que se caracteriza pela exploração dos antagonismos entre os subalternos, como forma de aumentar sua dependência em relação ao soberano.

Sidney Smith procura dissuadir o regente de apoiar o infante e lhe assegura que os *patrícios*¹⁰ de Buenos Aires são amplamente favoráveis à princesa. Reforçando o argumento de Smith, em carta a um amigo, D. Saturnino Rodrigues Peña, influente *patrício*, exalta as inúmeras qualidades da infanta espanhola.

La Señora D. Carlota, Princesa de Portugal y del Brasil è infanta de España, tiene una educación ilustrada, y los sentimientos mas heroicos. Esta muger singular, y tanto que la creo unica en su clase, me parece dispuesta a sacrificarlo todo, por alcanzar la noble satisfacción de servir de instrumento à la felicidad de sus semejantes. Es imposible oir hablar de esta Princesa sin amarla; no posee una sola idea que no sea generosa, y jamas dio lugar à las que infunden contanta facilidad en estas personas, la adulación y el despotismo: en una palabra parece prodigiosa la venida de la digna Princesa, su educacion, intenciones y demas extraordinarias circunstancias que la adornan; en cuya virtud no dudo, ni V.S. deben dudar que esta sea la heroina que necesitamos, y la que seguramente nos conducirá al mas alto grado de felicidad, pero para conseguirlo es absolutamente necesario que V.S. apartada toda

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

*preocupación, se dediquen a meditar con reflexion sobre sus deberes intereses generales y urgentisimas circunstancias del dia, y despues suplicar a su A.R. la Princesa se designe ampararlos y protexerlos.*¹¹

Na defesa de sua proposta, Peña se diz confiante em que a convocação das Cortes levará à *“feliz independencia de la Patria, y con la dinastia que se establezca en la heredera de la inmortal Reyna Doña Isabel”*. Nesse momento a pátria é concebida como o conjunto da Espanha e seus domínios. Rodrigues Peña, ao defender o “projeto carlotista”, procura dissipar as dúvidas sobre o envolvimento da princesa com a política externa portuguesa, temor que esfriava os ânimos dos simpatizantes da causa da infanta tanto na metrópole quanto nas colônias.

Enquanto as províncias platinas promovem e apoiam a regência da infanta, a junta de Sevilha não reconhece autoridade em Carlota Joaquina para tratar de assuntos do governo espanhol ou defendê-los. A junta de Sevilha entra em disputa de poder não só com dona Carlota, como também com outras juntas criadas na Espanha que, por diferentes motivos, se consideravam mais legítimas. A ausência do rei revela a fragilidade do sentido nacional da Espanha. Na verdade o ouro da América possibilitou a Castela unificar as diferentes nações que vieram a constituir a nação espanhola. Do mesmo modo, no Novo Mundo uma eficiente administração foi capaz de homogeneizar a construção de um processo histórico, porém não impediu o afloramento de especificidades regionais responsáveis por agrupamentos culturais originais que iriam explodir com a crise metropolitana.

Se a Espanha sofre com a crise de representação, nos reinos americanos a situação é muito mais complexa. Ao saberem das dificuldades da junta central em obter legitimidade na Espanha, os parlamentares americanos também passam a questionar o poder das juntas espanholas, e duvidam do direito da junta de Sevilha de representá-los. Num cenário onde o que é questionado é a legitimidade das juntas governativas, e não a do monarca, a ascensão de Carlota Joaquina torna-se a solução plausível para a vacância do poder.

*Yo creo q. no necesito demostrar q, en toda la América del Sur, no hay un solo, hombre particular, ni publico, cuyas virtudes y talentos le hayan hecho tan eminente q. pueda merecer la general confianza de la Provincia para q. le nombre arbitro de sus destinos, y depositário de la Suprema Autoridad (...) y en este caso, q. seria una suerte si el Ser Supremo no nos hubiera traído incolumes a nuestro Continente um ramo principal de la família Real de Espanha? - No hay duda la infanta de España, D. Carlota Joaquina q. escapó prodigiosamente con su Esposo y familia Rl de Portugal de las redes del Exterminador de los Borbones, se halla cerca de nosotros en el Brasil.*¹²

Essas manifestações chegam de toda a América, enviadas por *criollos* e espanhóis que temem a anarquia, representada pela vitória dos movimentos

populares – mal maior – ou pela instauração da república, duas grandes ameaças que assombram as colônias. A única salvação parece ser a volta ao trono de um monarca da dinastia de Borbón. O caráter especialmente político da primeira fase dos movimentos de emancipação na América espanhola oferece nesse primeiro momento à monarquia – como aconteceu no Brasil – a alternativa de continuar no poder.

Também para Sidney Smith, a maneira de reprimir “*cet Esprit d’indépendance*” cujo desenvolvimento, nas atuais circunstâncias, só servia para atender aos objetivos da França, seria a ida da infanta para o Rio da Prata. O almirante parece, realmente, ter convicção de que a coroação de dona Carlota solucionaria os conflitos na região e abriria sem traumas as portas do comércio platino para a Inglaterra. Praticamente, todo o império espanhol se volta para o desenrolar dos acontecimentos no Rio da Prata. Os fatos que ali ocorressem certamente afetariam o resto dos domínios dos Borbóns na América.

A crise na região se agrava, alimentada pelas dissidências no seio da administração colonial provincial. A metrópole tenta tomar medidas para controlar a situação. A primeira delas é a substituição do vice-rei Santiago de Liniers, acusado de envolvimento com os franceses e identificado como partidário da independência. Entretanto, a retirada de Liniers do governo visava antes de tudo a acabar com os motivos alegados por dona Carlota para viajar ao Prata. Nas instruções que envia ao novo vice-rei, Balthasar Hidalgo de Cisneros, a junta espanhola expõe sua posição sobre os problemas do Rio da Prata e lhe recomenda que

(...) por medios indirectos debe sostener el entusiasmo contra los Portugueses, en la inteligencia de q. estos, y los ingleses son los promovedores de las dicenciones entre Liniers y Elio, con el objecto de aprovechar oportunidad para apoderarse de aquella parte de la America. Devo prevenir á V.E. q. apesar de tan determinante respuesta, S.A. en viaje, y se presentase en ese pays (...) q. no sea recevida y q. sin emplear una fuerza q. tenga (...) se usen todos los buenos medios q. dictar la dulzura la decencia y la calidad dela persona se dala negativa (...)¹³

Um dos primeiros atos de Cisneros é dar instruções ao governador de Montevideu para que reforce os fortes e as fronteiras e envie agentes de confiança ao Rio Grande, para obter informações precisas sobre tudo o que está acontecendo nos territórios portugueses. Em seguida, envia ofícios a todos os cabildos do vice-reino, especialmente ao de Potosi – que vinha mantendo correspondência com dona Carlota –, ordenando que suspendam toda comunicação com a corte portuguesa no Rio de Janeiro e alertando que qualquer contato deve ser feito através do embaixador, marquês de Casa Irujo. O que se percebe é que as inúmeras declarações de dona Carlota, afirmando que não compactua com a política hostil do príncipe regente, não convencem a administração espanhola. Por outro lado,

fica claro que a crise política abre uma brecha para que o movimento liberal espanhol, que resiste à indicação da herdeira de Borbón, avance e retarde o reconhecimento do direito de dona Carlota à sucessão do trono da Espanha.

Na América, o vazio no poder metropolitano esfacela o único elo que neutraliza os conflitos latentes entre os grupos oligárquicos regionais. Felipe Contucci – rico comerciante português em Buenos Aires – percebe que os buenaienses não tardarão a optar definitivamente pela república e, em várias cartas ao conde de Linhares e a dona Carlota, declara sua preocupação com a situação do vice-reinado. Critica também a posição da junta central e da Grã-Bretanha, pois considera que ambas estão trabalhando contra os interesses espanhóis. A junta, porque, segundo Contucci, atua para deixar as colônias caírem na desordem e, finalmente, nas mãos de Napoleão, e a Inglaterra, por proteger e fomentar a independência.

Em maio de 1808, Felipe Contucci volta a escrever à infanta Carlota, informando, entre outras coisas, que o cabildo está convencido de que não tardarão a reconhecê-la como regente. Em nova carta, dirigida ao conde de Linhares, informa que

*(...) cree llegado el momento del traslado de la princesa Carlota al Plata, el que debe realizars sin demoras - Ella revivará la Monarquia española en el continente americano (...)*¹⁴

O movimento “carlotista” no Rio da Prata se fortalece e ganha seu mais importante aliado: o respeitado intelectual Manuel Belgrano. No dia 6 de junho 1809, Belgrano, respondendo a uma carta enviada por dona Carlota, declara seu apoio incondicional ao “carlotismo”:

*Las expresiones, con q. la R. Benevolencia de V.A.R. se ha dignado distinguirme, son seguramente, um premio que mi gratitud jamas sabrá olvidar y que no crehia haber merecido, quando solo exercía actos obligatorios de mi amor, respecto y fiel vasallage à V.A.R., unica representante Legítima que en el día, conosco de mi Nacion (...) Todos mis contatos, Señora, son dirigidos à lograr que V.A.R. ocupe el Solio de sus Augustos progenitores; dando la tranquilidad à estos sus dominios que, de otro modo, los veo precipitarse à la anarquia y males que lo son convignientes. (...) Firme en obdecir à V.A.R. executaré gustoso su R. Voluntad pa. que llegue à su R. Noticia quanto creyere digno: (...) Lo que puedo asegurar à V.A.R., desde aora, es, que no hay un hombre de bien que no mire en su Rl. Persona el sosten de la Soberania Española, el apoyo delos derechos dela nacion y delos Vasallos, y el unico refugio que le queda á esse Continente pa. gozar tranquilidad, y llegar al grado ventajoso al que es capaz (...)*¹⁵

A partir dessa declaração, Manuel Belgrano praticamente rompe com o governo da junta central e sai em busca de uma alternativa para a América, confirmando sua opção pela solução monárquica com um Borbón no poder. Em agosto, diante da decisão da junta governativa da Espanha de protelar a indicação de dona Carlota para a regência, Belgrano volta a escrever à infanta sugerindo-lhe que convença o marido da necessidade de ela assumir o controle dos domínios espanhóis, e incitando-a a assumir a regência sem o consentimento do governo espanhol, contra-argumentando a qualquer posição que se coloque contrária à regência.

*No puede ser otra la decision qe. V.A.R. tome mas conforme à todos los principios mas sagrados que la de venir à mandar plocamarse, y hacer reconocerse por Regenta de estos dominios, superando todos los obstaculos que puedan presentarse; pa. qe. de otro modo, cada vez mas, vá V.A.R. dexando qe. esa Junta se posesione de la Autoridad, y qe. criando criaturas à la sombra del sagrado nombre de Fernando 7º (...) Si se opone la Inglaterra, si se opone el Portugal, está visto que sus intenciones no son otras que las del inters, y qe. no miran por la Augusta Casa de V.A.R. y entonces diremos francamente, que sigan las ideas de Bonaparte de acabar con la Rl. Família de Borbon, quando estan mas empeña as esas potencias en hacerle la guerra prolongue ha executado con los individuos de la Casa de V.A.R. (...) Pero si asi no fuere, tal vez valiendose de pretextos frívolos, que loson todos, Señora, quantos hasta aquí se han expuesto, y que nos han escandalizado, aun de los qe. se ha valido la Inglaterra pa. celebrar un Tratado de paz con la España, sin contar con V.A.R. olvidandola de proposito, y casi haciendola caer en desprecio de sus vasallos; todavia quedan medios pa. burlar la ambicion de esas Cortes, y ellos estan en las manos de V.A.R. Si Señora uma revolucion pronta y energica puede salvar la perdida de sus Rl derechos, y Augusta Família qe. le amenaza: valgase V.A.R. de las armas que le presta su sexo: recuerde à su digno Esposo el amor filial, y descubrale los intereses qe. deben moverlo por sus mismos hijos, pr. su seguridad, y engrandecimiento de la Casa de Bragança: convensale V.A.R. de la necesidad q. hay de apersonarse en estos dominios.*¹⁶

As revoltas indígenas nas províncias mineiras de La Paz ameaçam de certa forma o projeto “liberal” dos patrícios. As lideranças portenhas temem que se alastrem os acontecimentos ocorridos na rebelião em Charcas, em que índios e mestiços entraram em confronto com a administração espanhola. O caráter “conservador” desses movimentos, uma vez que preservavam a imagem do monarca e atacavam apenas os membros da burocracia colonial, reforça a idéia de que a paz viria com a regência da infanta Carlota Joaquina.

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

É dessa época o famoso diálogo, atribuído a Manuel Belgrano, entre “*Hum habitante da ilha de Leon e um provinciano emigrado*”, em que, sob forma de panfleto, o autor procura popularizar as idéias do partido “carlotista”:¹⁷

Leonez: – *Pergunta-me vossa mercê, Senhor Provinciano, o motivo por que querem disputar á Princeza do Brazil o direito de sucessão á coroa de Hespanha, na falta da varonia reinante...*

Provinciano: – *Fico inteirado do verdadeiro objecto que se presenta ás Cortes, e bem persuadido de que os interesses da Princeza Infanta de Hespanha não pódem soffrer alteração alguma, estando radicado em Direito á sucessão do Reino...*

Leonez: – *V.M. discorre tão bem, que julgará impossível que haja quem receie, que a Senhora Infanta proteja os Insurgentes da America conhecendo-se que não ha nada mais contrario aos seus proprios interesses...*

Provinciano: – *Conheço a fundo as difficuldades, e obstaculos, que achão os nossos verdadeiros interesses, e a mesma conservação dos alliados, de que tanto necessitamos para conservar o Império do ocidente, que parece desmandar-se, e que as nossas forças não são sufficientes, para reter...*

Leonez: – *Falo-hei com muito gosto, desejando-lhe entre tanto todos os allivios possiveis no meio das desgraças, que devem necessariamente consternar o coração de hum velho, que ama a sua Patria, e o seus Filhos.*

Apesar do avanço do “partido carlotista” no Prata e do apoio incondicional de Sidney Smith, o projeto da regência não consegue se efetivar. O *Império respectable* sonhado por Contucci e pelos portugueses está prestes a ruir, pois a revolução no Rio da Prata caminha a passos largos. A imprensa faz ferver os ânimos publicando manifestos anônimos de diferentes facções. Carlota Joaquina ainda mantém vigorosos defensores que continuam a divulgar panfletos em defesa do “carlotismo”.

Que Su majestade no podía variar el establecimiento español cuya observancia había jurado guardar, y por consecuencia la Señora Carlota princesa del Brasil debía se admitida a la Corona a falta de sus hermanos varones (...) por ministerio de la Ley la posesión civil, natural y alto dominio de la Corona de Castilla en toda su integridad a Su Alteza Real la Serenísima Señora Princesa del Brasil Doña Carlota Joaquina de Borbón, (...) Cuando Buenos Aires arrebatándose del abismo de su abatimiento (...), poniéndonos bajo la inmediata protección y Gobierno de la Augusta hermana de nuestro amadísimo Soberano Fernando VII la Señora Infanta Doña Carlota Joaquina de Borbón, aclamándola para la Regencia Soberana de este Imperio (pues

solamente ella y su respetable nombre desvia toda idea que no sea la más justa y digna de la generosa sangre que la ilustra) (...) ¹⁸

Todos os manifestos defendem a regência, mas todos são unânimes em ressaltar o caráter temporário dessa regência. A idéia que prevalece é a de que Carlota Joaquina governe em nome de seu irmão. A essa altura a monarquia ainda tem crédito entre a elite *criolla*. A emancipação desejada é, até aqui, fundamentalmente política, com o objetivo de legalizar o livre-comércio corrente há alguns anos naquelas províncias. Entretanto, a demora da solução regencial começa a sinalizar a mudança de direção dos rumos revolucioários. Os fatos mais “preocupantes” ocorrem em Buenos Aires, onde o advogado Mariano Moreno publica o *Memorial de los Hacendados*, defendendo a autorização do comércio com a Inglaterra. As províncias de Chuquisaca, La Paz e Charcas decidem organizar juntas governativas, rompendo com a hierarquia da administração colonial metropolitana. Carlota Joaquina recebe ameaçadora carta de Felipe Contucci, assegurando que o governo da Espanha está se preparando para unir-se a José Napoleão.¹⁹

As notícias continuam alarmantes. A paz no Alto Peru parece ser duvidosa; mais acima, em Quito, uma revolta torna prisioneiro o presidente da Audiência e constitui uma junta de governo independente. Na Nova Espanha, as inquietações políticas levam à substituição do vice-rei. Na verdade, toda a América, com particularismos regionais, está entregue às lutas oligárquicas, cujo apaziguamento depende, acreditam os “carlotistas”, da prudência e autoridade de um monarca. O governo da Espanha vacila, sem tomar decisão no sentido da indicação da infanta. Os interesses são muito divergentes. As variadas e diferentes facções políticas impedem a composição de um grupo hegemônico que seja capaz de definir uma política de governo.

Em Buenos Aires, a posição de dona Carlota torna-se particularmente complicada. Um incidente, causado pela detenção no porto de Montevideu de uma fragata proveniente do Rio de Janeiro, coloca sob suspeita aliados seus, como alguns *patrícios* e mesmo os mais íntimos auxiliares da princesa, especialmente o secretário Jose Presas e o almirante Sidney Smith. Ao deter a embarcação, a polícia de Montevideu encontrou com o agente inglês Diego de Parosien – que partira do Rio de Janeiro para Buenos Aires como emissário de Sidney Smith – documentos secretíssimos que incriminavam seriamente Rodrigues Peña como fomentador da emancipação do vice-reino. O portador levava cartas de Peña ao irmão e a amigos convocando-os a aderir e a propagar a causa da independência nas províncias platinas.

A leitura desses documentos, e posteriormente a defesa que Sidney Smith faz de Saturnino Rodrigues Peña, sugere que na verdade o plano de Sidney Smith e dos *patrícios* era criar um reino independente nas províncias do Vice-Rei-

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

no do Rio da Prata, tendo dona Carlota Joaquina como regente. Há suspeitas inclusive, de que a infanta seria usada apenas como “trampolim” para a independência da região. Esse projeto seguramente não era do conhecimento de Carlota Joaquina. Sua atitude e correspondência comprovam que em nenhum momento pretendeu o desmembramento do império espanhol, e que sua luta era antes de tudo pela defesa e integridade dos domínios de sua família. Seja, como declarava, em nome do irmão rei, ou em causa própria, acreditando no prolongamento da guerra ou mesmo na eventual morte dos irmãos por ordem de Napoleão, hipótese seriamente cogitada na época. A documentação não deixa dúvida de que Carlota Joaquina nunca pretendeu criar um reino para tornar-se rainha; o que queria, e suas cartas deixam claro, era assumir o poder da Espanha. Se não fosse na península seria na América, mas com o objetivo primeiro de salvar o território espanhol da Europa dos exércitos franceses.

No dia 16 de maio de 1810, espalham-se em Buenos Aires rumores sobre a perda da Andaluzia, último reduto da resistência espanhola. Dois dias depois, na tentativa de tranquilizar a população, o vice-rei Balthasar de Cisneros lança proclama confirmando as notícias e propondo uma solução a partir da América. Na época ninguém duvidava do triunfo de Napoleão Bonaparte na península e, ao que parece, era o que as colônias estavam esperando para se libertarem do jugo da metrópole. O vice-rei, sem apoio, cai nas mãos dos *patrícios* e fica completamente acuado. O domínio militar de Buenos Aires é controlado pelos corpos da milícia *criolla*, e muitos dos espanhóis também os apoiam. Ao lado de Cornélio Saavedra, chefe da milícia de *patrícios*, estão agora Manuel Belgrano e antigos inimigos, como Mariano Moreno, que, sem perda de tempo, começam a organizar o *Partido de la independencia*.

A revolução de Buenos Aires reanima os partidários da princesa nos dois continentes, exigindo da Espanha rápida decisão sobre a regência. Porém, o novo conselho de regência espanhol reage com violência ao crescimento da popularidade de Carlota Joaquina e atua para frear o movimento. O Ministério da Guerra envia ofício ao presidente do conselho de regência, informando que dera ordens para que toda a correspondência procedente de dona Carlota Joaquina, dirigida a qualquer região do domínio espanhol, fosse recolhida e enviada à junta de governo.

Carlota Joaquina age como se desconhecesse essas restrições, e restabelece contatos com as lideranças realistas da cidade de Montevideu. Envia a Felipe Contucci instruções para que prepare seu desembarque na capital da Banda Oriental. Nessas instruções, reitera a intenção de conservar os direitos de sua família; confirma seu desejo de apenas manter a paz no vice-reino; compromete-se a não estender o governo além das fronteiras das províncias do Rio da Prata, e assegura que a pretexto algum permitiria a entrada de tropas portuguesas em territórios espanhóis.

Dona Carlota garante, ainda, que enviará à metrópole todos os auxílios necessários para que se vença a guerra contra a França, que manterá os privilégios dos vassalos espanhóis e que fornecerá um empréstimo de “*cien mil o mas*”, com o objetivo de preservar para o rei, seu irmão, e para a Casa de Espanha as províncias platinas.²⁰ Os termos definidos para as transações revelam a intenção conciliatória da infanta, uma vez que atendem integralmente à proposta da resistência realista. Dona Carlota procura neutralizar todos os “medos” que considera serem a razão da resistência espanhola à sua regência. Porém, acima de tudo, suas instruções reforçam a hipótese de que Carlota Joaquina não estaria disposta a participar de qualquer movimento de caráter emancipatório.

Confiante no sucesso de sua proposta, Carlota Joaquina comunica ao conselho de regência a decisão de partir para o Prata, em virtude da explosão da revolução em Buenos Aires. Em agosto de 1810, remete correspondência ao cabildo de Montevideu, congratulando-se com o povo da cidade pela resistência às decisões da junta revolucionária de Buenos Aires e informando sobre a missão de Felipe Contucci para a “*conservacion y Defensa del Trono de un Hermano, á quien amo y la felicidad de unos Pueblos*”.²¹

Um mês depois, recebe resposta do cabildo que, de forma delicada e sutil, descarta a possibilidade de apoiar sua ida à região. É importante observar que o cabildo nesse momento é praticamente composto de indivíduos ligados ao comércio monopolista e conseqüentemente fiéis às decisões da junta central. A atitude do cabildo demonstra que eles ainda confundem o projeto de dona Carlota, ou com o de Portugal, de anexação das províncias, ou com o inglês, de implantação do livre-comércio. No entanto, ironicamente, a proposta de dona Carlota estava muito próxima daquilo que os próprios cabildantes defendiam, isto é, a manutenção dos privilégios do poder metropolitano.

Apesar da resposta nada animadora do cabildo, Carlota Joaquina prossegue os preparativos para embarcar para a Banda Oriental do Rio da Prata. Sustentando o argumento de seus direitos à sucessão da coroa espanhola, informa a Casa Irujo que pretende viajar para Montevideu a fim de restabelecer a autoridade do vice-rei deposto. A insistência em partir a qualquer preço revela a convicção de dona Carlota na missão e no desejo de barrar o avanço da revolução e de preservar íntegros os domínios americanos dos Borbóns. Carlota Joaquina entendeu que não era hora de estar suscetível a melindres, e enquanto prepara sua viagem não mede esforços na busca de recursos para atender às necessidades da resistência.

Na ânsia de “cumprir com o dever”, consegue burlar o cerco armado pelo gabinete do marido e pede ao príncipe um empréstimo para socorrer Montevideu. Quando toma conhecimento de que o príncipe não iria liberar os recursos que havia pedido, reúne no palácio quatro dos comerciantes mais ricos do país e lhes pede um empréstimo de cem mil pesos, oferecendo suas jóias como cautela. Os

comerciantes “*se negaron en terminos respetuosos pero decisivos a prestar el dinero sobre semejantes prendas*”. Dona Carlota sabe que Montevideu não resistirá muito tempo se a ajuda solicitada não chegar imediatamente. A urgência de solução leva o embaixador espanhol, marquês de Casa Irujo, a sondar Lord Strangford sobre a possibilidade do empréstimo. Strangford disfarça a conversa sem dar nenhuma resposta positiva.

Segundo declaração do próprio Casa Irujo, os comerciantes ingleses e o conde de Linhares havia algum tempo criavam dificuldades ao comércio no Rio da Prata: os comerciantes, porque queriam a liberdade dos portos, e o conde de Linhares, por estar preparando o terreno para, no caso de a península cair nas mãos dos franceses, tudo estar pronto para a invasão portuguesa. O marquês acredita que o gabinete do príncipe está disposto a colocar em execução o projeto de invasão com o apoio de dom Pedro Carlos, e afirma que o casamento do infante com a filha do regente teve o objetivo de facilitar o plano. As ameaças são tão sérias e a crise tão profunda que Casa Irujo, talvez em momento de desespero, chega a sugerir que o governo espanhol deve apoiar dona Carlota – “*la presencia de la Princesa, seria util para paralizar y dividir*”.²²

As notícias que chegam da Europa dão a certeza ao conde de Linhares de que, dentro de pouco tempo, a Península Ibérica estará sob o controle de Napoleão. Dom Rodrigo decide então apressar a entrada dos exércitos lusos, com apoio inglês, nos domínios dos Borbóns. Ao ter notícia da invasão, dona Carlota e Casa Irujo imediatamente procuram o conde de Linhares e Lord Strangford e criticam com veemência a presença das tropas portuguesas em terras espanholas e o apoio que os revolucionários estavam recebendo dos governos da Grã-Bretanha e de Portugal. O movimento revolucionário em Buenos Aires se espalha pelas províncias do interior. Chegam notícias da formação de uma junta governativa em Charcas e rumores sobre movimentos em Mendoza, favoráveis a Buenos Aires. Cada dia fica mais evidente que, sem socorro, Montevideu não levará muito tempo para cair nas mãos dos revolucionários. O embaixador espanhol procura convencer o conselho de regência da gravidade e das proporções da crise.

A corte do Rio de Janeiro toma consciência de que a Inglaterra já não faz mais questão da parceria lusa em seus projetos no Prata. A opção pela independência das províncias sob a influência britânica inquestionavelmente é a melhor solução para a Grã-Bretanha na opinião de Strangford. Entretanto, a Casa de Bragança não se conforma em perder as terras que há mais de três séculos vem disputando com a Espanha.

A partir desse momento, definem-se três políticas distintas, recrudescendo a luta pelo poder nas dependências do palácio: a política do gabinete do príncipe, fiel ao projeto de expansão do império português até a Banda Oriental do Rio da Prata; a da Inglaterra, que após a remoção de Sidney Smith

passa a seguir somente a diretriz de Strangford, o qual abandona a parceria lusa para fomentar a independência, e a de dona Carlota Joaquina, que insiste na preservação do patrimônio espanhol.

Não conseguindo convencer o gabinete do marido nem a Inglaterra a ajudar as colônias platinas, Carlota Joaquina se decide por uma atitude radical, e resolve entregar suas melhores jóias ao marquês de Casa Irujo, para que faça com elas o que bem entender, contanto que, sem demora, envie os recursos necessários a Montevideu. O valor das jóias é elevadíssimo, “53.000 duros ó arriba de un millón de Reales”.²³ O marquês de Casa Irujo fica completamente estupefato diante do ato da infanta. Com um misto de admiração e surpresa, o embaixador escreve a D. Eusebio Bardaxi y Azara, presidente da junta de governo na Espanha, comentando a doação de dona Carlota, o que considera grande demonstração de benignidade, despojamento e amor à Espanha. Num comportamento não comum a quem tem o papel de fiscal e/ou espião, Casa Irujo expõe outras situações que provam a disposição de dona Carlota de, verdadeiramente, ajudar as províncias do Prata. Seu esforço, por exemplo, para conseguir uma máquina impressora para a publicação de material panfletário e a comunicação das notícias provenientes da metrópole também impressiona o ministro espanhol:

*(..) aunque no acostumbra a hacer demandas al Principe su Esposo, en esta ocasión se separó de la regla general se la pidió con toda la energia de su caracter. El Principe que dexado a si mismo seria un bueno amigo y aliado, accedió inmediatamente a la demanda pero su Secretario de Estado (...) se opuso en cierto modo (...) No obstante la Princesa ha insistido con tal tezon y perseverancia, que anoche me hizo la honra de asegurarme habia conseguido.*²⁴

Na margem oriental do Rio da Prata, as doações da princesa engrossam o movimento em seu favor. Em setembro de 1810, o governador de Montevideu – Gaspar de Vigodet – remete à Espanha ofício elogiando a generosidade de dona Carlota e informando que, diante da extrema necessidade em que se encontrava, não havia outra alternativa a não ser usar as jóias da princesa para ajudar os exércitos.

No verão de 1811, Carlota Joaquina recebe a notícia de que os revolucionários de Buenos Aires tinham tomado medidas drásticas contra a resistência realista na tentativa de apertar o bloqueio a Montevideu. Gaspar de Vigodet acusa Lord Strangford de ser o principal responsável pelo movimento insurrecional na América. Com a intenção de bloquear o apoio do governo britânico e da corte do Rio de Janeiro aos revolucionários de Buenos Aires, Vigodet avisa à princesa que prosseguem as articulações entre a junta de Buenos Aires e a corte do Rio de Janeiro.²⁵

As perspectivas de recuperar as províncias platinas tornam-se com o passar do tempo mais difíceis. Ao saber que o cabildo de Montevideu decidira,

por unanimidade, entregar-lhe o poder, Carlota Joaquina tenta nova investida para embarcar para o Rio da Prata, porém mais uma vez as autoridades metropolitanas reiteram ordens para que, por nenhum motivo, seja permitida a entrada da infanta na região.

Agora não é mais só Buenos Aires que está entregue ao discurso libertário, toda a América espanhola está literalmente em chamas. Na capitania do Chile, por exemplo, a cidade de Santiago adota um governo independente da metrópole. No México a situação não é diferente: liderada pelo padre Miguel Hidalgo, a população ateia fogo às bases do poder metropolitano. Semelhante ao que ocorre na Espanha, os comandantes militares não se entendem. O general Goyaneche, comandante das tropas realistas estacionadas no Alto Peru, tem restrições ao general Velasco, comandante das tropas espanholas no Paraguai, e, assim, a tão esperada união entre as forças peruanas e paraguaias não se concretiza, abrindo brechas para os “sediciosos” de Buenos Aires. No primeiro semestre de 1811, a região está praticamente perdida. Apenas a cidade de Montevideu ainda oferece resistência, assim mesmo devido ao suporte das tropas portuguesas.

Nova mudança na administração metropolitana coloca Javier Élio, ex-governador de Montevideu, como vice-rei. Imediatamente após a posse, Élio envia correspondência a dona Carlota revelando o avanço da revolução liderada pelos *patrícios* de Buenos Aires e confirmando a existência de rebeliões que explodem por todo o interior do vice-reino. Em abril de 1811, Manuel Belgrano divulga proclama dirigido “*a los Españoles y Americanos*”, pedindo que apoiem a junta revolucionária de Buenos Aires.²⁶ É nesse contexto que o gabinete do príncipe regente dá novo golpe no projeto da princesa: o conde de Linhares propõe o príncipe como mediador entre o governo revolucionário e a Espanha, e retira as tropas portuguesas que davam apoio a Vigodet. Essa atitude significa o reconhecimento, por parte da corte do Brasil, de um outro poder fora do metropolitano. Dona Carlota reage com indignação à proposta, porque considera que negociar com os “rebeldes” seria ferir as leis da monarquia espanhola, uma vez que o vice-rei é o verdadeiro e legítimo representante do soberano, e entre um soberano “*y una gabilla de facciosos no puede haber comparacion*”.

A situação crítica de Montevideu frente às investidas das tropas portuguesas faz com que o cabildo aprove com urgência a decisão de chamar a infanta Carlota para assumir a regência, antes que a cidade caia nas mãos dos revolucionários, exigindo apenas que ela reconheça a soberania das cortes e observe suas leis. O marquês de Casa Irujo, ao saber da notícia, remete comunicado ao governo espanhol e alerta Élio de que de forma nenhuma ele pode aprovar a decisão, pois isso significa desobedecer instruções expressas do governo espanhol.

Carlota Joaquina é mantida praticamente incomunicável, afastada de qualquer decisão, especialmente das referentes aos domínios espanhóis. Sua

posição no palácio não lhe permite mais mobilizar esforços para auxiliar Montevideu. A intenção do gabinete português ao retirar o apoio a Montevideu era abrir caminho para negociações com a junta de Buenos Aires, tendo em vista a realização de um armistício entre os dois governos, provavelmente na esperança de eliminar um adversário na ocupação da Banda Oriental. A Inglaterra também apressa suas negociações com os buenaienses. Os objetivos não são diferentes dos portugueses, mas visam ao projeto, que se concretizaria no futuro, de tornar o lado oriental do Rio da Prata independente. Para efetivar as negociações, Lord Strangford envia um agente britânico à região, sob a proteção da marinha inglesa. Desconfiado, o gabinete do príncipe, que resiste a qualquer ameaça de perda da hegemonia no Prata, envia outro emissário para renegociar a paz com Buenos Aires. O acordo entre a corte do Brasil e os revolucionários de Buenos Aires deixa o governador de Montevideu completamente desesperado. Mais uma vez ele recorre à “protetora”, apontando os inconvenientes desse acordo para a cidade de Montevideu. Gaspar de Vigodet tenta convencer a princesa de que Montevideu é apenas o início da ambição dos revolucionários, e tão logo conquistem a margem oriental do Rio da Prata, investirão contra os domínios do príncipe regente, ameaçando, inclusive, o trono português. Dona Carlota não tem dúvida da inoportunidade desse acordo, mas apesar de as Cortes espanholas terem reconhecido seus direitos à sucessão da coroa espanhola, continua a ser tratada com indiferença e franca hostilidade no palácio.

Sem a proteção da corte portuguesa, Gaspar de Vigodet pressente a derrota e, numa das últimas cartas ao ministro de Estado na Espanha, expõe minuciosamente a dramática situação da cidade, onde falta de tudo, inclusive alimento para a população. O governador assinala o fracasso dos esforços da infanta para tentar reverter esse quadro desolador, e suplica ao ministro que envie mais auxílio e providencie, com urgência, a remessa de no mínimo três mil homens.

Nas colônias da América espanhola a revolução se generaliza, arrasando cidades e campos. Jose Artigas, denominando-se chefe dos orientais e caudilho militar, nega obediência ao governo de Montevideu e invade os territórios do interior, obrigando as tropas comandadas por Vigodet e Élio a abandonar toda a Banda Oriental do Rio da Prata, e restringindo o controle espanhol apenas à cidade de Montevideu. Em 14 de julho de 1814, chega a notícia da rendição de Montevideu. A Espanha, por mais que resista a acreditar, já havia perdido para sempre suas ricas colônias do Rio da Prata.

Carlota Joaquina sai derrotada da mais importante investida política de sua vida. No entanto, sua derrota não pode ser considerada resultado de uma ambição aventureira, de um desejo desenfreado de poder. Defender os reinos espanhóis na Europa e nas Índias significou enfrentar disputas políticas que tumultuaram o cenário ibérico em guerra; pressupôs perceber mudanças radicais

de um século que vivenciava o contraste entre a realidade intelectual e social; implicou sentir experiências de dois mundos diferentes e observar as circunstâncias que revelavam a decadência do *Ancien Régime*, mas também, contraditoriamente, a permanência da fé na autoridade soberana do monarca; importou sentir as fraquezas e dificuldades de uma mulher que quis invadir os espaços masculinos, disputar politicamente com os homens, romper com a imagem de virgem, mãe e esposa, para ser ela mesma. Enfim, significou ter que entender os sinais de uma inversão completa de valores e papéis e, mais que tudo, compreender a riqueza e a complexidade das idéias de liberdade que inflamavam e tumultuavam o mundo ocidental havia mais de meio século.

Notas

1. Luis Torgal in António Manuel Hespana, coord. (1992: 66).

2. Carta de Carlota Joaquina a Carlos IV, Lisboa, 21/07/1789. Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 4459, n.2-3.

3. Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 5837, cx.1.

4. Instrução 3 para a conclusão do Tratado de Comércio. Citado em Caio Freitas (1958: 173).

5. Carta do duque de Palmella a dom Rodrigo de Souza Coutinho. Arq. Hist. do Itamarati: Correspondência reservada de dom Pedro de Souza Holstein.

6. Correspondência de dom Pedro de Souza Holstein a dom Rodrigo de Souza Coutinho. Arq. Hist. do Museu Imperial: P II-POB 24.4. CJP.

7. Idem, ib.

8. Ofício de Javier Curado a dom Rodrigo de Souza Coutinho, in *Política lusitana en el Rio de La Plata 1808-1815* (Coleção Lavradio, vol.1: 78).

9. Carta de William Sidney Smith ao Príncipe Regente, in *Política...* (Coleção Lavradio, vol.1: 208).

10. *Patrícios*: grupo de *criollos* de Buenos Aires que se organizaram em milícias na época das invasões inglesas ao vice-reino.

11. Carta de Saturnino Rodrigues Peña a um amigo em Buenos Aires, 04/10/1808, in *Política...* (Coleção Lavradio, vol.1: 179).

12. Relato de Possidônio da Costa a dom Rodrigo de Souza Coutinho, 20/10/1808, in *Política...* (Coleção Lavradio, vol.1: 211-214).

13. Instrução da junta central ao vice-rei do Rio da Prata, Sevilha 1809. Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 5837, cx.1.

14. Carta de Felipe Contucci a dom Rodrigo de Souza Coutinho, Buenos Aires, 03/01/1809, in *Política...* (Coleção Lavradio, vol.1: 428).

15. Carta de Manuel Belgrano a Carlota Joaquina. Arq. Hist. do Museu Imperial: I-POB 117 Bel c.1-3 809.

16. Idem, ib.

17. Trechos selecionados do texto original. Tradução do espanhol feita pela Imprensa Régia em 1811. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras. Grifo do tradutor.

18. Proclama de autor anônimo, Buenos Aires, 1809. *Anuário del Instituto de Investigación Historica*, 1960, n.4, p.139.

19. Carta de Felipe Contucci a dona Carlota Joaquina. Arq. Hist. do Itamarati: pasta 8, lata 172, maço 1.

20. Instrução de Carlota Joaquina a Felipe Contucci, 23/06/1810. Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 5837, cx.2, n.129.

21. Carta de Carlota Joaquina ao cabildo de Montevideu, 20/08/1810. Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 5837, cx.2.

22. Carta do marquês de Casa Irujo a Eusebio Bardaxi, 04/09/1810, Arch. Hist. Nac. (Madri): Est. Leg. 5837.

23. Informação do marquês de Casa Irujo, ibidem.

24. Ibidem.

25. Carta de Gaspar de Vigodet a Carlota Joaquina. Arq. Hist. do Museu Imperial: I-POB 1.1.811 Vg C1-11.

26. Proclama de Manuel Belgrano, in *Politica...* (Coleção Lavradio, vol.2: 14).

CALMON, Pedro. 1935. *O rei do Brasil, a vida de D. João VI*. Rio de Janeiro, José Olympio.

CALÓGERAS, João Pandiá. 1927. "D. Carlota Joaquina e El año diez", *Revista do IHGB*. Tomo especial: A política exterior do Império. Rio de Janeiro.

———. 1927a. *Política exterior do Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CASTELAO, Ofelia. 1992. *Poder y privilegios en la Europa del siglo XVIII*. Madri, Editorial Sintesis.

CASTELOE, Michael P. 1982. "Spain and the Spanish American wars of independence: the Comisión de Reemplazos, 1811-1820", *Journal of Latin American Studies*, 13, 2.

CHARTIER, Roger. 1995. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII*. Barcelona, Gedisa Editorial.

CHEKE, Marcus. 1949. *Carlota Joaquina, a rainha intrigante*. Rio de Janeiro, Jose Olympio.

CIDADE, F. de Paula. 1948. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar.

CORRESPONDENCIA de Lord Strangford y de la Estacion Naval Britanica en el Rio de la Plata. 1941. Buenos Aires, Archivo General de la Nacion.

CORRESPONDÊNCIA de Luis Joaquim dos Santos Marrocos. 1934. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol.56.

DIAS de Mayo. 1810. *Actas del Cabildo de Buenos Aires*.

DONGHI, T. Halperin. 1985. *Historia de America Latina, 3: Reforma y dissolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madri, Alianza Ed.

———. 1989. *Historia de Argentina: de la revolución de la independencia a la*

Referências bibliográficas

ACEVEDO, Walter Alexandre. 1946. "A missão secreta do marechal Curado ao rio da Prata (1808-1808)", *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, jul/set.

ALEXANDRE, Valentim. 1993. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Edições Afrontamento.

ASSADOURIAN, C. S., BEATO, C. & CHIARAMONTE J. C. 1986. *Argentina: de la conquista a la independencia*. Buenos Aires, Hyspamerica.

BENTLEY, Richard, ed. 1839. *Memoirs of Admiral Sir Sidney Smith, K.C.B., & c.* Londres.

BRITAIN and the independence of Latin America 1812-1830 - Selected documents from the Foreign Office Archives. 1938. Londres, Oxford University Press. 2 vols.

Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América

- confederación rosista*. Buenos Aires, Editorial Paidós.
- EDMUNDO, Luiz. 1939. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar.
- ELIAS, Norbert. 1995. *A sociedade de corte*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Estampa.
- ETCHEPAREBORBA, Roberto. "Entretelones del proceso carlotino", *Historia*. Buenos Aires, n.8.
- . 1960. "Felipe Contucci y el carlotismo", *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas*. Rosário, Universidad Nacional del Litoral, n.4.
- . 1961. *Política luso-platense, 1810-1812*. Buenos Aires, H. Consejo Deliberante.
- FERNANDEZ, Ariosto. 1956. *Manuel Belgrano y la princesa Carlota Joaquina*. Buenos Aires, Talleres Graficos Lumen.
- FERREIRO, Felipe. 1938. *Ideas e ideales de los partidos y tendencias que actúan en el campo de lo político del reino de Indias de 1808 a 1810*. Buenos Aires, II Congresso Internacional de Historia de América de la Academia Nacional de la Historia.
- FLORES, Estrada. 1812. *Examen imparcial de las disenciones de la America con la España*. Cadiz, Jimenez Carreño.
- FONTANA, Josep. 1992. *La crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)*. Barcelona, Editorial Crítica.
- FREITAS, Caio de. 1958. *George Canning e o Brasil (influência da diplomacia inglesa na formação brasileira)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 2 vols.
- GANDÍA, Enrique de. 1947. "La princesa del Brasil, la diplomacia inglesa y el reino de Buenos", *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, t. 144, agosto.
- GODECHOT, J. 1984. *Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo, Pioneira.
- GUERRA, François-Xavier. 1992. *Modernidad e independencias - ensaios sobre las revoluciones hispánicas*. México, Fondo de Cultura Económica.
- HESPANA, António Manuel, coord. 1992. *O Antigo Regime (1620-1807)* (vol. 4 de *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. 5 vol.). Lisboa, Estampa.
- JOVELLANOS, Gaspar Melchor. 1911. *Cartas de Jovellanos y Lord Vassal Holland sobre la Guerra de Independencia - 1808-1811*. Madri, Imprenta de los Hijos de Gómez Fuentenebro.
- LEVENE, R. (org.). 1941. *Correspondência de Lord Strangford y de la estacion naval britanica en el Rio de la Plata con el gobierno de Buenos Aires, 1810-1812*. Buenos Aires.
- . s/d. *Ensayo historico sobre la revolución de mayo y Mariano Moreno*. Buenos Aires, Alianza. 2 vols.
- LIMA, M. de Oliveira. 1908. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio.
- LOPES, Maria Antônia. 1989. *Mulheres, espaço e sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte.
- LYNCH, John. 1989. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. 5ª ed. Barcelona, Alianza.
- . "British policy and Spanish America, 1783-1808", *Journal of Latin American Studies* 1, 1.
- MADARIAGA, Salvador de. 1986. *El auge y el ocaso del Imperio Español en América*. Madri, Espasa-Calpe.
- MENDONÇA, Renato de. 1945. *História da política exterior do Brasil*. 1º tomo (500 a 1825). México, Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

MITRE, Bartolome. 1950. *Historia de Belgrano y de la independencia*. Buenos Aires, Ed. Anaconda.

MOLANO, Elías Díaz. 1960. "Belgrano y la idea revolucionaria", *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas*. Rosario, Universidad Nacional del Litoral, n.4

MOLINARI, Diego Luis. 1922. *Antecedentes de la Revolución de Mayo*. Buenos Aires, 3 vols.

POLITICA lusitana en el Rio de la Plata 1808-1815. 1961. Buenos Aires, Archivo General de la Nacion. 3 vols. (Coleção Lavradio).

POLITICA lusitana en el Rio de la Plata. 1963. Buenos Aires. (Coleção Lamolo).

PRESAS, Jose. 1828. *Juicio imparcial sobre las principales causas de la revolución en America Española*. Burdeos, Imprenta R. Laguillotiére y Comp.

———. *Memórias secretas de D. Carlota Joaquina*. 1940. Rio de Janeiro, Irnãos Pongetti & Zélio Valverde Ed.

PUYRREDÓN, Carlos Alberto. s/d. *1810, la Revolución de Mayo, segun amplia documentación de la epoca*. Buenos Aires, El Ateneo.

QUESADA, Vicente G. 1955. "Diplomacia americana – el Brasil y el Rio de la Plata (1808-1812)", *Nueva Revista de Buenos Aires*.

ROCHA, Arthur Renato da. 1927. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Brant.

———. 1930. "História diplomática do Brasil-Segunda conferência", *Revista do IHGB*, v.130, n.LXVIII.

RUBIO, Julián Maria. 1920. *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América (1808-1812)*. Madrid, Imprenta de Estanislao Maestre.

RYDJORD, John. 1941. "British mediation between Spain and her colonies: 1811-1813", *Hispanic American Historic Review*, 21:1, feb.

SAAVEDRA, Cornelio; BELGRANO, Manuel; RODRÍGUEZ, Martín e GUIDO, Tomás. 1938. *Los sucesos de Mayo contados por sus actores*. Buenos Aires, El Ateneo.

SANTOS, João Felício dos. 1968. *Carlota Joaquina, a rainha devassa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SOARES, Texeira. 1955. *A diplomacia do Império no Rio da Prata, 1680-1865*. Rio de Janeiro, Editora Brant.

STOETZER, O. Carlos. 1986. "La Révolution Française et les bouleversements politiques dans le Río de la Plata au début du XIX siècle", in *Les révolutions ibériques et ibéro-américaines à l'aube du XIX siècle – Actes du Colloque de Bordeaux*.

STREET, J. 1953. "Lord Strangford and Rio de La Plata, 1808-1815", *Hispanic American Historic Review*, 33:4, nov.

VELASCO, Angel Martinez de. 1972. *La formación de la Junta Central*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.

VIANNA, Hélio. 1969. *História diplomática do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos.

VICENTE, Antonio Pedro. 1993. "Política exterior de D. João VI no Brasil", *Estudos Avançados*, 7(19).

WEBSTER, C. K. (ed.). 1931. *The foreign policy of Castlereagh, 1812-1815*. Londres, Oxford University Press.

(Recebido para publicação em outubro de 1997)